

Ferreira, Fátima Sá e Melo, Carmo, Isabel do, e Pereira, Miriam Halpern (orgs) (2022). *Rebeliões, Revoltas e Revoluções*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 369 p., ISBN 978-972-27-2854-6

1. Três mulheres levaram a bom porto, no verão de 2022, a operação 3R, dando à estampa o livro *Rebeliões, Revoltas e Revoluções*.

Composto por estudos históricos, uma análise de fôlego de um jornalista e um ensaio filosófico, o livro parte de conferências ocorridas em dois momentos bem distintos, por iniciativa da livraria Ler Devagar. Plural nas aproximações e nos estilos, até o tipo de bibliografia com que estes terminam é diferente. Ao longo da obra, a cultura visual está presente, havendo mesmo um texto que trata a «sua» revolução a partir de imagens, enquanto outros as utilizam sobretudo como ilustração, notando-se esta valorização da cultura visual também pelos créditos rigorosos. O livro termina com notas biográficas sobre os autores.

Nestas considerações iniciais, refira-se que a obra lembra iniciativas como os livros da coleção Cosmos, dirigida por Bento de Jesus Caraça, e as aulas/conferências das Universidades Populares em que republicanos, anarquistas e outros antifascistas deram as mãos. Mas também lembra os esquecidos Estudos Gerais, lançados por Manuel Viegas Guerreiro, ou ainda a Unipop. E obviamente um livro como este mostra que as autoras participam do mesmo universo de preocupações que levou José Mariano Gago a criar o Ciência Viva. Ou seja, exprime a vontade da partilha de saberes e do diálogo cientificamente fundamentado. Neste caso, a iniciativa traduziu-se num livro publicado numa prestigiada e vetusta editora como a Imprensa Nacional - Casa da Moeda, numa parceria com a Ler Devagar.

2. A Introdução da obra é, desde logo, original na medida em que existem três: o Prefácio e as Palavras Prévias I e II.

A Introdução que cabe a Isabel do Carmo narra a génese do livro. Trata-se do resultado de iniciativas de 2003 e 2017/8 na Ler Devagar (o que a leva a médica e

ativista a encarar a temática como constituindo um rio subterrâneo que por vezes vem à tona no terreno da livraria), detalhando o que foi feito naqueles anos e quais as conferências que se transformaram (ou não) em textos do livro agora publicado.

Segue-se a Introdução de Fátima Sá, em que esta historiadora discute os conceitos de «Rebeliões» e «Revoltas», por um lado, e, por outro, de «Revoluções», na esteira da História conceptual de Reinhart Koselleck.

Na última das Introduções, a historiadora Miriam Halpern Pereira apresenta o livro como resultado de estudos sobre três movimentos revolucionários (revoluções liberais, revoluções socialistas, revoluções anti-coloniais), seguidos por um capítulo sobre o papel do trabalho na formação do capital.

Após as Introduções, o primeiro texto, de Daniel Alves, intitula-se «A Revolução Francesa – das origens ao terror: cinco momentos decisivos». Debruça-se sobre a revolução das revoluções, a Revolução Francesa que, como sublinha, é considerada por todas as escolas historiográficas um acontecimento fundador da época contemporânea e determinante para a modernidade, tendo deixado um legado fundamental para o futuro. O autor começa por traçar uma útil revisão da historiografia da revolução, dando a conhecer os principais debates sobre as suas origens e significado, debates que começaram ainda o período revolucionário estava em curso e se prolongam até aos dias de hoje – entre a história económica e social, a história política e intelectual. Segue-se uma narrativa da dinâmica do processo revolucionário, usando as imagens como fonte histórica. Retenha-se o processo que conduziu à legitimação da soberania popular e o recurso à violência como forma de defender ou restaurar a liberdade, e a imagem da queda da Bastilha como símbolo da vitória dos grupos populares e da sua entrada na política (p. 79).

Miriam Halpern Pereira, no capítulo «As Revoluções Liberais na Península Ibérica», após recordar a diferente natureza das revoltas e das revoluções em cada época, bem como as distintas interpretações de conceitos como liberdade e igualdade também consoante a época e o grupo social, analisa o confronto entre absolutismo e liberalismo e a clivagem entre as várias correntes liberais. A autora sublinha como a evolução política de Portugal no século XIX esteve intimamente ligada, em primeiro lugar, à história de Espanha e, num quadro mais vasto, à história da Europa. Assinala a dessincronia da vaga revolucionária da década de 1820 no Sul da Europa em relação ao resto do continente – como afirma a historiadora, a contravapor da evolução do resto da Europa (p. 127). No processo político do fim do Antigo Regime e da construção da sociedade liberal, a desagregação dos espaços coloniais latino-americanos de ambas as monarquias ibéricas foi fundamental, atribuindo a autora grande peso à crise económica e financeira nesta desagregação. O texto aborda também os períodos de retorno ao absolutismo, em particular o governo de D. Miguel, e a colaboração entre os exilados liberais dos dois países. Salienta o facto de ter sido sob a égide

de um texto político muito moderado, a Carta de 1826, que «teve lugar a maior mudança social e institucional de Portugal contemporâneo, um paradoxo central da revolução liberal portuguesa» (p. 138). Termina realçando a necessidade de um melhor conhecimento da evolução dos grupos sociais ao longo do período.

«A Contrarrevolução Popular como Revolta» é o tema do capítulo seguinte, da autoria de Fátima Sá. A primeira parte é dedicada às principais perspectivas historiográficas sobre as contrarrevoluções populares na Europa, dando particular atenção aos motivos invocados para explicar as ações populares, às teses sobre a autonomia do protesto das classes populares e ao lugar da prática do confronto, da dissidência e da revolta na descoberta da política. Depois, analisa a contrarrevolução em Portugal, salientando a existência de um realismo popular, com um reportório próprio, distinto do realismo das elites. Considerando que o miguelismo foi o nome português da contrarrevolução, conclui que, em Portugal, a contrarrevolução e os movimentos populares foram comandados de cima para baixo e a politização pelo miguelismo foi «algumas vezes superficial» – o que não obsteu à politização a «quente» das populações e ao facto de os sectores populares terem feito «a sua própria guerra» (p. 191).

Entretanto, na Grã-Bretanha, despontava o primeiro movimento operário organizado, do qual se ocupa Sacuntala de Miranda no capítulo «O Movimento Operário Britânico entre a Acção Revolucionária e o Reformismo», em texto escrito em 2003 e que assim vê a luz após a sua morte. Embora recuando à Idade Média, o texto incide sobre o operariado e a construção do movimento operário. Estabelece uma útil tipologia das atividades e das formas de luta dos trabalhadores da indústria britânica, que culminaram na existência de um reportório de luta e de uma cultura própria. Não passa ao lado da repressão exercida pelos governos, em particular sobre as ações políticas do operariado (comícios, manifestações, etc.) e examina o movimento cooperativo. Termina com a discussão sobre o conceito de classe e uma breve cronologia do movimento operário.

Mário Machaqueiro assina o capítulo seguinte «Camponeses na Revolução Socialista: do Dilema à Catástrofe». A primeira constatação enunciada pelo autor consiste no facto do Centenário da Revolução Russa não ter originado o mesmo grau de polémicas que ocorreu aquando do Bicentenário da Revolução Francesa, pois aquela constitui «um objecto que [tinha entrado], há muito, num imparável estado de decomposição» (p. 226). Após este intróito, num registo pessimista, Machaqueiro propõe uma «rememoração analítica» da Revolução Russa. Para os bolcheviques, a questão essencial consistia em construir o socialismo numa «ecologia social e económica essencialmente hostil» e sem «revolução proletária no mundo capitalista avançado» (p. 226-7). Apesar de Marx e Engels terem uma visão negativa do campesinato, apoiaram os populistas russos quando estes

acreditaram no potencial da comuna rural no processo de transição para o socialismo. Também Lenine não teve sempre a mesma posição: a sua atitude passou por mudanças entre 1917 e 1929, desde a defesa da aliança operário-camponesa ao comunismo de guerra e à NEP, no quadro do debate sobre as vias de desenvolvimento. A coletivização dos campos / deskulakização assentou no voluntarismo e na politização da ciência. O autor termina com um balanço da política agrária soviética, sustentando que, em fases iniciais, a agricultura foi explorada em benefício da indústria, acabando por ser cada vez mais dispendiosa e improdutiva até ao fim da URSS.

A seguir, António Louçã vai analisar a «A concepção do processo revolucionário em Rosa Luxemburgo». Em frase bem expressiva, começa por afirmar que «Rosa Luxemburgo não entrou nas revoluções da sua vida a saber tudo nem andou nelas sem aprender nada» (p. 269). Se a revolução russa de 1905 foi vista a partir de Varsóvia, a nova revolução russa de 1917/8 foi encarada a partir da prisão em Breslau (isto é, ambas a partir de dois lugares distantes), enquanto em 1918 pode ver e viver a revolução alemã em Berlim. É nesta última que Rosa Luxemburgo descobre o potencial dos Conselhos – e, consequentemente, dos Sovietes. Tal perspetiva leva-a a moderar a preocupação com as liberdades democráticas, que até certo ponto se articulavam com a sua posição face à Constituinte. Sublinha o autor que fica por saber o que diria e como agiria Rosa Luxemburgo face ao Terror, à atitude perante os camponeses e face à questão das nacionalidades.

No capítulo seguinte, António Caeiro debruça-se sobre a «A Revolução Chinesa», começando por recordar como a China assume orgulhosamente ser um «país com mais de 5000 anos de História». Da «Sociedade para a Renovação da China» de Sun-Yat-Sen (1894) ao sonho do «grande rejuvenescimento da nação chinesa» de Xi Jin-Ping (atualmente), «o desígnio principal não mudou muito» (p. 308), apesar da guerra civil, da ocupação japonesa, da revolução cultural e da política maoista em geral, de Hong-Kong e Macau terem sido reintegradas. Não obstante, em 2012, a Academia Chinesa de Ciências Sociais afirmar já não haver classes mas sim estratos sociais, o discurso político passa por «manter um espírito combatente» e «fortalecer a capacidade de luta» (p. 325).

O texto final, «Além da teoria do valor do trabalho», coube a André Barata. Assume como objetivos visitar e debater «as teses marxianas sobre o papel do trabalho assalariado na criação do valor» para melhor entender o neo-liberalismo assim como «capacitar teoricamente uma acção política anti-capitalista» (p. 332). O seu propósito último consiste em repensar e praticar o trabalho em função do comum: «a luta pela emancipação deve ser (...) por uma sociedade do trabalho concreto, vivo, das relações temporais com os outros num mundo comum» (p. 335), levando a questionar se o próprio trabalho não deverá então mudar de designação.

3. António José Saraiva propôs um modelo de análise de obras literárias, à volta de alguns pares de conceitos (espaço e tempo; base e topo; dentro e fora; palavras e coisas; Eros e Thanatos, entre outros), cuja aplicação a este livro permitiu uma outra leitura do conjunto dos textos que o compõem, ao revelar perspetivas de análise transversais⁽¹⁾.

O primeiro par é «espaço e tempo». Tentando pensá-lo no livro em análise, evidencia-se que este trata de realidades situadas na Europa, na Ásia, e na América indiretamente, sendo que África está ausente dos grandes debates sobre revoluções «clássicas». O arco cronológico abarcado vai do século XVIII à atualidade. Com esta geografia e com esta cronologia, os eixos do livro são as revoluções liberais e socialistas, sendo o último texto um caso diferente.

Um outro par proposto por António José Saraiva é «base e topo». Este livro ocupa-se mais das bases, sendo estas diferentes consoante os contextos. No liberalismo, são umas, notando-se a atenção aos *sans-culottes*, ao povo de Paris, aos camponeses da Vendeia assim como ao protesto social urbano e rural, discutindo-se a contra-revolução em articulação com esta perspetiva. No caso inglês, é das bases que a autora fala. No caso russo, os autores pensam nas bases, discutindo as suas fórmulas organizativas. Todavia, desta abordagem constam os topos das bases, as elites do chamado movimento operário ou do socialismo russo. Sempre presentes, ou quase, estão os debates sobre a relação entre topo e base assim como as teses sobre a autonomia da base em relação ao topo. Mais uma vez, o texto sobre o trabalho, mas agora também o texto sobre a China, constituem casos à parte.

Se pensarmos no par «dentro e fora», o livro preocupa-se mais com o «dentro», como nos textos sobre a contra-revolução, o movimento operário inglês e a política soviética face ao campesinato. Geograficamente, de qualquer modo, o «fora» está presente, em diferentes escalas, no lugar das independências no continente americano para a Europa, na influência da Revolução Francesa sobre a Revolução Russa, no exemplo do movimento operário britânico para o operariado de outros países.

Passemos ao par «palavras e coisas» sobre a relação entre a expressão e a «coisa» expressa. Esta relação perpassa nos textos, mas é demoradamente discutida na Introdução de Fátima Sá ou no texto sobre o trabalho de André Barata.

Finalmente, o par «Eros e Thanatos». Trata-se da dualidade mais difícil de pensar neste livro. Poderemos talvez entender como Eros a empatia por

(1) Modelo analítico proposto nos seminários de «História da Cultura Portuguesa» na Faculdade de Letras de Lisboa no final dos anos 1970. Mais tarde, Saraiva retomou alguns destes pares para diferenciar «épocas da cultura portuguesa», terreno que reconhecia ser aleatório, avançando contudo para uma proposta de história cultural assente nestes parâmetros – que constituiriam, assim, métodos bem distintos dos necessários para a história da socio-economia (Saraiva 1982: 117-162).

quem quer um mundo diferente, mais igualitário e justo. Já Thanatos é mais difícil de encontrar: talvez as dificuldades ou impossibilidades encontradas nesse caminho. Também as mortes e o terror ocorridos nos processos revolucionários francês, russo ou chinês são claramente Thanatos.

4. Este livro sobre o passado convida a refletir sobre o presente e sobre as narrativas atuais acerca dos possíveis futuros.

Desde logo, a partir da história dos conceitos, as palavras usadas para designar as atuais contestações à ordem vigente, sejam de direita ou de esquerda. O termo movimento – cujo significado é secundarizado neste livro – remete para uma consciência, uma finalidade, uma organização como a que se encontrava no movimento operário, que o distingue de multidão, revolta, levantamento, protesto. Também a polémica clássica sobre as revoltas de miséria ou de subsistência, com uma atitude defensiva por se ter atingido limites de sobrevivência, e as revoltas da abundância, com uma atitude ofensiva partindo de uma situação relativamente estável⁽²⁾ se mantém atual. O estudo do passado demonstra que, quer as revoltas quer os movimentos sociais, não podem ser entendidos exclusivamente no domínio económico, e não constituem respostas simples e diretas à conjuntura.

Alguns textos recordam-nos que as relações entre a cultura material e a construção de identidades coletivas não deve ser ignorada. É indispensável conhecer e estabelecer o papel importante que a cultura material e a visual desempenham na configuração e reconfiguração das identidades. Também importa reconhecer os diferentes significados dum artefacto, dum texto, duma imagem, no interior de um grupo mas também como são interpretados por outros grupos e por outras pessoas.

Finalmente, reflita-se na questão da liberdade individual *versus* destino coletivo. Talvez seja importante recordar e retomar o debate da transição do século XIX para o XX sobre competição e cooperação. Referimo-nos ao debate entre Herbert Spencer (1820-1903), pai do darwinismo social, e Piotr Kropotkine (1842-1921), defensor do apoio mútuo como um dos fatores de evolução⁽³⁾. Kropotkine combateu a ideia de que a evolução depende sobretudo da competição e da sobrevivência dos mais fortes, e procurou demonstrar que a entre-ajuda, a cooperação, constitui um fator tão importante na evolução da humanidade quanto a competição. Recusava a teoria de que o homem é o lobo do homem, teoria que considerava perigosa. Também não defendia que a cooperação é motivada pelo amor universal (à

(2) Ver reflexões de José Tengarrinha (2022).

(3) Ver prefácio de Andrej Grubacic & David Graeber a Kropotkine 2021. Os textos de Kropotkine foram escritos entre 1890 e 1896 mas o livro só foi publicado em 1902.

Jean Jacques Rousseau), mas que é uma necessidade. Ora, aquilo que hoje ouvimos, e que nos pedem, é que a competição e a atuação individual são a ‘chave’ do progresso e do crescimento.

Como disse Hobsbawm (1917-2012) numa longa entrevista sobre o século XXI ao jornalista italiano Antonio Polito em 1999 (Hobsbawm 2000: 126-128), a esquerda está hoje debilitada, economicamente pela sociedade de consumo e intelectualmente pela

identificação da liberdade com a opção individual, sem olhar para as suas consequências sociais [...] [Houve] um tempo em que se acreditava que lutar pela liberdade individual não era incompatível com a luta pela emancipação colectiva. Nos finais do século XX parece claro que essas duas exigências entraram em conflito [...] [Cada] vez se torna mais difícil interessar as pessoas por objectivos colectivos. Enquanto são muito pobres, respondem a esses chamamentos porque só podem conseguir algo colectivamente, mas se superam a fronteira da necessidade pensam que podem obter mais perseguindo exclusivamente os seus interesses próprios.

Mas quais são as causas coletivas? Existem as mesmas para todos? É possível, hoje, num tempo de afirmação e luta por diferentes identidades, encontrar e construir causas comuns que contribuam para um futuro melhor para todos? Se excetuarmos talvez os ecologistas, muitas pessoas movem-se hoje por questões específicas. Contribuirão para diminuir as desigualdades – sociais, geográficas, e outras – no mundo? Será preferível o combate por causas específicas e não por profundas mudanças políticas através de revoluções? Evitar-se-ão desse modo os violentos conflitos que ocorreram no passado?

São múltiplas as hipóteses do futuro. Mas apenas um se concretizará.

As temáticas da obra recenseada afloram na historiografia por fluxos/refluxos, tendo recentemente estado em maré baixa, sendo sobretudo os 3R (Rebeliões, Revoltas e Revoluções) tratados na ótica do falhanço inevitável ou da origem do totalitarismo, como se estes já constassem à partida do seu guião. Foi esta perspetiva que Enzo Traverso contestou em obra recente *Revolution. An Intellectual History* (Traverso 2021), na qual considera a necessidade da esquerda e dos novos movimentos sociais e políticos anti-capitalistas do século XXI (que inventaram outras formas de organização) pensarem todo o passado revolucionário, do qual poderão ter de fazer o luto mas cujo potencial libertador não pode ser esquecido, se pensarmos nos projetos, em acontecimentos, na sua intensidade emocional e nos seus símbolos

ardorosamente vividos – como, por exemplo, as barricadas, as bandeiras, as canções. De algum modo, o livro organizado por Fátima Sá e Melo Ferreira, Isabel do Carmo e Miriam Halpern Pereira contribui para esta compreensão crítica dos 3R. Afinidades com a obra do historiador italiano poderão ver-se ainda no facto do livro organizado pelas três mulheres portuguesas se situar entre a história social e política, feita com uma forte componente de história cultural e uma grande atenção à cultura visual.

Bibliografia

Hobsbawm, Eric J. (2000). *Entrevista sobre el Siglo XXI*, al cuidado de Antonio Polito. Prólogo de Josep Fontana. Barcelona: Crítica (ed. original: Roma-Bari: Laterza, 1999).

Kropotkine, Piotr (2021). *Apoio Mútuo. Um factor da evolução*. Prefácio de Andrej Grubacic & David Graeber. S. Paulo: Terra Livre (original: *Mutual Aid: A factor of evolution*. Londres: William Heineman, 1902).

Saraiva, António José (1982). *A Cultura em Portugal. Teoria e história. Livro I. Introdução Geral à Cultura Portuguesa*. Amadora: Bertrand.

Tengarrinha, José (2022). *Lutas Laborais e Formação da Classe Operária Portuguesa*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa

Traverso, Enzo (2021). *Revolution. An Intellectual History*. Londres / Nova York: Verso.

LUÍSA TIAGO DE OLIVEIRA
Iscte-IUL, CIES, Departamento de História
luisa.tiago@iscte-iul.pt
<https://orcid.org/0000-0002-0311-0438>

MARIA ALEXANDRE LOUSADA
Universidade de Lisboa, Centro de História, Faculdade de
Letras
m.lousada@campus.ul.pt
<https://orcid.org/0000-0001-9581-9569>